



Número: **0800361-89.2020.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **13/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27405892	13/01/2020 09:09	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
27405894	13/01/2020 09:09	<a href="#">INICIAL</a>	Outros Documentos
27405896	13/01/2020 09:09	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
27406349	13/01/2020 09:09	<a href="#">DOC. IDENTIFICAÇÃO</a>	Documento de Identificação
27406350	13/01/2020 09:09	<a href="#">COMPRO.RESIDENCIA</a>	Outros Documentos
27406352	13/01/2020 09:09	<a href="#">B.O</a>	Outros Documentos
27406357	13/01/2020 09:09	<a href="#">OCORRENCIA</a>	Outros Documentos
27406359	13/01/2020 09:09	<a href="#">DUT</a>	Outros Documentos
27406363	13/01/2020 09:09	<a href="#">ATO DECLARATÓRIO</a>	Outros Documentos
27406368	13/01/2020 09:09	<a href="#">PRONTUARIOS-otimizado_1</a>	Outros Documentos
27406369	13/01/2020 09:09	<a href="#">PRONTUARIOS-otimizado_2</a>	Outros Documentos
27406370	13/01/2020 09:09	<a href="#">PRONTUARIOS-otimizado_3</a>	Outros Documentos
27406371	13/01/2020 09:09	<a href="#">PRONTUARIOS-otimizado_4</a>	Outros Documentos
27406372	13/01/2020 09:09	<a href="#">GuiaCustas</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
27440444	14/01/2020 15:47	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27495630	16/01/2020 12:37	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
27565989	20/01/2020 17:01	<a href="#">Petição</a>	Petição
27565992	20/01/2020 17:01	<a href="#">SOLICITAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO</a>	Outros Documentos
27565995	20/01/2020 17:01	<a href="#">REQUERIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NEGADO</a>	Outros Documentos

28360 506	17/02/2020 16:57	<a href="#">Petição</a>	Petição
28360 509	17/02/2020 16:57	<a href="#">Adiúcia</a>	Outros Documentos
28360 511	17/02/2020 16:57	<a href="#">GuiaCustas</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
28775 231	05/03/2020 09:46	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29061 418	12/03/2020 17:51	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
29096 610	13/03/2020 14:40	<a href="#">Comunicações</a>	Comunicações
29096 646	13/03/2020 14:40	<a href="#">declaraçãoimpostderendaadi</a>	Comunicações
29154 830	16/03/2020 16:45	<a href="#">Petição</a>	Petição
29156 527	16/03/2020 16:45	<a href="#">Extrato bancário</a>	Documento de Comprovação
29156 533	16/03/2020 16:45	<a href="#">declaraçãoimpostderendaadi</a>	Documento de Comprovação
29209 615	18/03/2020 22:35	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29253 248	19/03/2020 11:49	<a href="#">Petição</a>	Petição
29256 715	19/03/2020 11:49	<a href="#">GuiaCustas</a>	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
29381 758	25/03/2020 09:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
31404 557	09/06/2020 14:08	<a href="#">Não existem ações semelhantes</a>	Certidão

EM ANEXO.





**BALBINOS CONSULTORIA JURÍDICA**

Wamberto Balbino Sales  
Emmanuel Saraiva Ferreira  
Rua Floriano Peixoto 4519  
Malvinas- Campina Grande-PB  
Tel.: (84) 9.9991-1313

Exmo. (a). Sr.(a) Dr.(a) Juiz (a) de Direito de uma das Varas Cível da Comarca de Campina Grande- Estado da Paraíba.

**ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**, brasileiro (a), solteira (a), Técnico em Enfermagem, portador (a) do RG nº 324499012 SSP/PB e inscrito (a) no CPF/MF sob o nº 044.651714.39, podendo ser intimado (a) no (a) Rua Professora Maria Helena Menezes, nº 139, Malvinas - Campina Grande-PB, CEP: 58433-528, por intermédio de seus procuradores que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima em epígrafe, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex<sup>a</sup>, propor o presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA, c/c, REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS.**

Contra: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Av. Treze De Maio nº 74, 2º andar, Edifício Darke, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-902, expondo e requerendo ao final o seguinte:

**Ab Initio**

Requer inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de n.º 1.060, de 05.02.1950 e do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

*Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por*



*insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso à Justiça.*

#### 1. **SINOPSE DOS FATOS:**

O (a) Autor (a) foi vítima de acidente de trânsito, fato ocorrido no dia 15 de outubro de 2019, por volta das 18h30min, enquanto transitava em uma motocicleta HONDA BIZ 125 ES, ano e modelo 2009 de placa moa-4281-PB, licenciada em seu nome, ocasião em que trafegava pela Rua Nilo Peçanha com a Rua Jose de Alencar bairro da Prata , quando foi abalroada por um veículo de motorista e placas não identificadas, que após a colisão na traseira de sua motocicleta a mesma veio a cair no solo, sofrendo fratura no tornozelo direito, que foi socorrida por uma guarnição do Corpo de para o Hospital de Emergência e Traumas de Campina Grande, onde foi submetido aos devidos procedimentos médicos de urgência, conforme se faz prova através de documentos em anexo.

Devido as gravidades das lesões, o (a) Requerente fora submetido (a) a intervenções médicas devido a **FRATURA NO TORNOZELO DIREITO**, cuja seqüelas comprometem as funções do (s) membro (s) em comento, dentre outras complicações físicas, conforme prontuário médico, em anexo.

**Esclarece a parte promovente que o beneficiário terá apenas dois caminhos para dar entrada no DPVAT:**

**Primeiro- O beneficiário poderá se dirigir até uma agencia dos Correios e Telégrafos para entregar o seu requerimento.**

**Segundo- Terá que se dirigir até uma das seguradora conveniadas na cidade de JOÃO PESSOA-PB, onde também poderá entregar os documentos para serem remetidos a Seguradora Lider.**

Devido ao fato do sinistro em tela, decorrer de acidente de transito a parte promovente requereu administrativamente, seguro – DPVAT, tendo enviado a documentação para Seguradora Líder, através da **LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA**, tendo a requerida pendenciado o processo sem qualquer amparo legal, conforme documentos em anexo.

***O processo junto a requerida foi recepcionado pelo funcionário – com ASL- 0426777/19 Sinistro n. 3190669575.***

Ora Douto Magistrado, tratando-se de seguro DPVAT, o beneficiário deve ingressar com o pedido de indenização junto a Requerida, podendo ocorrer três hipóteses:

**Primeiro- A documentação é recepcionada pela seguradora, ocorrendo a perícia por médicos pagos e indicados pela autarquia. Posteriormente, é liberado de forma unilateral quantum em favor da vítima;**



**Segundo-** O processo é recepcionado pela seguradora onde os analistas entendem que a documentação não se encontra dentro dos critérios criados pela Seguradora dos Consórcios dos Seguros DPVAT, entenda-se: “exigências” não inseridas ou contidas na Lei nº 6.194/74, e ficam suspensos até o cumprimento da “pendência” administrativa;

**Terceiro-** A requerida analisa e decide NEGAR/INDEFERIR o processo administrativo, não tendo a vítima conhecimento do teor do indeferimento, visto que a “decisão” é interna e o mais grave ainda é que, na via administrativa não se tem a quem recorrer. Essas são as três principais correntes e linhas para concessão ou não do seguro DPVAT, em nosso país.

## **2. DA PRETENSÃO RESISTIDA DA REQUERIDA EM NÃO LIQUIDAR O DPVAT.**

No caso sob júdice, ocorreu a “NEGATIVA” do pagamento da indenização, o que pôde ser observado é que a requerida, negou, cancelou, encontra-se publico no sistema podendo ser acessado por qualquer parte interessada. Todavia, o processo foi indeferido de forma abrupta, sem qualquer respaldo normativo, visto que, nunca é demais ressaltar que os documentos necessários ao pagamento da indenização estão elencados na Lei nº 6.194/74.

***Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.***

O fato é que inviabilizado o processo negado na via administrativa caberá ao jurisdicionado buscar o Poder Judiciário, para fazer valer a norma jurídica, visto que, a pendência exaurida pela promovida é uma forma de procrastinar ao máximo a indenização do seguro DPVAT.

Ora Douto Julgador, a pretensão resistida da requerida está devidamente comprovada no documento acostado pela parte autora, fato contundente, visto que, não existem meios administrativos que possam revogar a decisão da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, para que autarquia venha apreciar e conseqüentemente pagar a indenização nos exatos termos da Lei nº 6.194/74.

A burocracia da Requerida, entenda-se, inúmeras exigências administrativas criadas mensalmente, inseridas no processo DPVAT, torna bastante complexa a formatação de um processo, geradas a cada **reunião** do conselho que administra a autarquia.

As pessoas que militam no seguimento DPVAT, sabem das alterações impostas mês após mês, sem que os órgãos que deveriam fiscalizar viessem a atuar de forma mais contundente e vigilante.



No Brasil, a atual sociedade observa as mudanças ocorridas em diversos setores: autarquias, ministérios, e condução da *res pública*, e sonha que toda essa realidade possa ser implementada também em relação a fiscalização da Promovida, mesmo porque o **Tribunal de Contas da União**, descobriu fraudes senão vejamos:

“Denúncia do TCU. O lucro da Líder vem de 2% do faturamento do DPVAT, menos outras despesas, e em 2010 o valor girou em torno de R\$ 5,8 bilhões. Nos últimos quatro anos, o valor total arrecadado com o seguro foi o triplo do que é pago com indenizações. Para o TCU, o consórcio está inflando as despesas para lucrar mais. A consequência disso é que o valor pago pelos proprietários de veículos aumenta. Em 2011, o valor do DPVAT foi de R\$ 96,63 por veículo de passeio mais custo bancário. O Tribunal deu 90 dias para a Susep (Superintendência de Seguros Privados) - o órgão responsável pelo controle e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta”.  
<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/12/08/seguro-dpvt-nao-tera-aumento-em-2012-afirma-seguradora.htm?cmpid=copiaecola>”.

### 3. DA PROVA

Assevera o art. 369, CPC:

**Art. 369. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.**

Destarte, entende o Requerente que a prova do acidente pode ser verificada por outros elementos de prova, inclusive o testemunhal, nos termos do art. 444, CPC, senão vejamos:

**Art. 444. Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.**

Nesse sentido a parte autora faz alusão a necessidade da inquirição da prova testemunhal, para reforçar, dissipar todas as possíveis dúvidas acerca do nexo causal, corroborando com a documentação exaurida pela unidade hospitalar onde ocorreu o atendimento médico do Requerente, deixando de forma clara a ocorrência do sinistro.

### 4. - DO VALOR DEVIDO E DO PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO DO DPVAT

O Art. 3º, da Lei 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas médicas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

**Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as**



**indenizações por morte, invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**

**I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;**

**II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;**

**III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas;**

O prazo que a Seguradora Lider, tem para liquidar o processo será de 30 (trinta) dias, se não vejamos:

Art. 5º, da Lei nº 6.194/74:

**“ § 1º - A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:”**

Já os documentos indispensáveis para a regulamentação do DPVAT, estão alinhados no artigo retro citado, serão:

**“ ... a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;”**

**A norma trata como indispensável, necessário a confecção do boletim de ocorrência, apenas nos casos de morte, sendo que, em momento, algum a Lei nº 6.194/74, condiciona, exige a juntada desse documento em casos tratando-se de processo de invalidez. Destarte, qualquer outra interpretação nesse sentido não encontrará amparo na norma legal.**

O dispositivo legal disposto no art. 5º em seu parágrafo § 4º, dissipa quaisquer dúvida ainda pendente sobre a comprovação do acidente por outros meios. In verbis:

**“ - Havendo dúvida quanto ao nexos de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito,**



***pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.”***

A jurisprudência pátria exaurida também da mesma forma que condicionou a comprovação do requerimento administrativo pelos beneficiários, também entendeu que tratando-se de DPVAT, o boletim de ocorrência poderá perfeitamente ser dispensado diante de outras provas, tais como: Declaração do SAMU, Corpo de Bombeiros e ficha de primeiro atendimento médico hospitalar dentre outros.

#### **-DA AUFERIÇÃO DA GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ .**

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que o pagamento de indenização por invalidez permanente será filtrado a partir da quantificação do grau de debilidade apresentado pela vítima, senão vejamos:

**SÚMULA 474 – STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**

Destarte, surge a necessidade da realização de prova pericial para aferir-se o grau de invalidez, possibilitando ao magistrado a correta aplicação da Lei.

#### **- DA IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DA DEMANDA**

Esclarece o Autor, que diante da necessidade da perícia médica, onde serão quantificadas as lesões que acometem o Demandante, não é possível no presente momento a quantificação exata do proveito econômico a ser advindo da lide.

Em tempo aduz ainda que o Código de Processo Civil, em seu art. 324, §1º, II, III, revela a possibilidade de formulação de pedido genérico, senão vejamos

**§1º. É lícito, porém, formular pedido**

**genérico: (...)**

**II – Quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;**

**III – quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo Réu;**

A lei 11.945/09, inseriu à legislação a tabela de parâmetros acerca dos percentuais a que serão submetidas quando da aferição do grau de invalidez, conforme se vê abaixo:



*Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na **tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).*

Com a inclusão dessa tabela na lei, encerrou-se a polêmica jurisprudência acerca dos critérios para o cálculo da indenização proporcional. Instado a se manifestar, o Superior Tribunal de Justiça admitiu a validade da utilização dessa tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial.

## 5. DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Exa., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a procedência da presente ação, para ao final condenar a requerida, ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT, a ser aferida após a realização da perícia médica, obedecendo a Tabela incluída pela Lei 11.945/09, requerendo ainda o seguinte:

- 01- Seja citada a Ré, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- 02- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitido, especialmente, na produção de **prova pericial e testemunhal**, no sentido de quantificar o grau de lesão, nos quesitos seguem ao final desta;
- 03- Seja os valores devidamente corrigidos desde o evento danoso, conforme Súmula 54 do STJ;
- 04- *Nos termos do art. 334, § 5º, do Código de Processo Civil, requer a parte autora e desde já manifesta, pela natureza do litígio, seu desinteresse em auto composição, visto que, **em demandas similares inexistente qualquer proposta por parte da Seguradora Líder**;*
- 05- Como no caso em tela o deslinde **trata-se na confecção da prova pericial**, seja nomeado perito de confiança do Juízo, para a realização da prova retro citada, nos termos do art. 31.II da Lei nº 11.945/2009;
- 06- Requer seja designada audiência de instrução e julgamento;
- 07- Seja a demandada condenada em **20%, sobre o valor da causa**, (art. 85, III CPC), referente a honorários advocatícios;



Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art. 2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se presente o valor de **R\$ 1.000.00 (um mil reais)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos.

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande-PB, 09 de DEZEMBRO de 2019.

**Emmanuel Saraiva Ferreira**  
**OAB-PB 16.928–**



ACRIS FIRM P66020

**- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO, brasileiro (a),

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, podendo ser intimado (a) no (a) Rua \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, Paraíba, contrata com os advogados Dr. Wamberto Balbino Sales, brasileiro, casado, advogado, portador da OAB/PB 6846 e Emmanuel Saraiva Ferreira, brasileiro, solteiro, advogado, portador da OAB/PB 16.928, ambos com endereço profissional situado a Rua Floriano Peixoto, 4510, Malvinas, em Campina Grande - Paraíba, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de \_\_\_\_\_ - Paraíba, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT;

2- A parte contratante, não pagara qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo, da causa, firmados na cláusula- *ad exitum* (quando o pagamento só é feito se a decisão for favorável à parte contratante);

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante, não desembolsara, quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida;

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, devera a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 20% (vinte por cento) sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Alagoa Nova - Paraíba;

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Campina Grande - Paraíba, aos 10 de outubro de 2019.

Contratante: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO

Contratado: \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_



### DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu, ADÍCIA LOPES DE FIGUEIREDO, brasileiro (a), SOLTEIRA, inscrito no CPF sob nº 044.651.714 - 39, podendo ser intimado (a) no (a) Rua PROFESSORA MARIA HELENA MENEZES, Nº 139, 3º DO CARVOZ FEI, Paraíba. Declaro que não posso suportar as despesas processuais decorrentes desta demanda sem prejuízo do meu próprio sustento e de minha família, sendo, pois, para fins de concessão do benefício da gratuidade de Justiça, nos termos da Lei 1.060/50, pobre no sentido legal da acepção da palavra.

Declaro, ainda, que tenho conhecimento das sanções penais que estarei sujeito caso inverídica a declaração prestada, sobretudo a disciplinada no art. 299 do Código Penal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campina Grande – Paraíba, aos 10 de outubro de 2019.

X ADÍCIA LOPES DE FIGUEIREDO

Declarante.



PROIBIDO PLASTIFICAR

1350669421

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO

DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR UF: 2664824 PB

CPF: 044.651.714-39

DATA NASCIMENTO: 15/03/1982

FUNÇÃO: ADEIRALDO LOPES DE FIGUEIREDO

AGRIPINA CORREIA DE ARAUJO

PERMISSÃO: ACC

CAT: A

1ª HABILITAÇÃO: 04/12/2015

VALIDADE: 28/02/2020

Nº REGISTRO: 06521418692

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Portador

LOCAL: CAMPINA GRANDE, PB

DATA EMISSÃO: 09/12/2016

86051455160

PB033685770

DETRAN PB (PARAIBA)

1350669421

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL







**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**  
**Nº12561.01.2019.2.00.401**

SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Central de Polícia Civil de Campina Grande -  
Setor de Boletim de Ocorrência

**OCORRÊNCIA(S)**

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 15/10/2019

Hora: 18:30:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Cruzamento da Rua Nilo Pecana Com a Rua Jose de Alencar, Prata, Campina Grande, PB.

Ponto de referência: Rua

**PARTÉ(S)**

**VITIMA**

Nome: Adinúcia Lopes de Figueiredo

Conhecido por: Não informado

Filiação: Agripina Correia de Araújo e Aderaldo Lopes de Figueiredo

Data de Nascimento: 15/03/1982

Identidade de Gênero: feminino

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: solteiro(a)

Escolaridade: Ensino médio completo

Profissão: Técnica Em Enfermagem

Cargo: Não informado

Documentos(s) de Identificação: RG nº 2664824 SSP/PB, CPF nº 044.651.714-39

Endereço: Rua Professora Maria Helena de Menezes, 139, Bodocongô III, Campina Grande, PB

Complemento: Não informado

Ponto de referência: Próx Ao Campo Real Campina

Telefone: (83) 98202-8376

**TESTEMUNHA**

Nome: Erlon Marton Farias Barbosa

Conhecido por: Não informado

Filiação: Luciene de Oliveira Farias e Jose Maria Cordeiro Barbosa

Idade: 44

Nacionalidade: brasileira

Estado Civil: casado(a)

Escolaridade: Ensino fundamental

Profissão: Motorista

Cargo: Não informado

Documentos(s) de Identificação: CPF nº 983.412.274-87

Endereço: Rua Joana Maria da Conceição, 30 A, Malvinas, Campina Grande, PB

Complemento: Não informado

Ponto de referência: Iml

Telefone: (83) 98839-0570

Procedimento Policial: 12561.01.2019.2.00.401

JOSENILDO SOUSA DE ALMEIDA  
Agente de Investigação

ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO  
Noticiante

GILSON DE JESUS TELES  
Delegado(a) de Polícia Civil

Campina Grande/PB, 07 de novembro de 2019.



**POLÍCIA CIVIL**  
PARAIBA



SECRETARIA DE ESTADO DA  
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Central de Polícia Civil de Campina Grande -  
Setor de Boletim de Ocorrência





Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Sexo: FEMININO	Nascimento: 15/03/1982
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
Viagem no Veículo Nº: V2	Condição da Víctima: ( X ) Condutor ( ) Passageiro ( ) Pedestre
Usava Capacete	Conduzida Para: HOSPITAL DE TRAUMA

VITIMA 01

Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Sexo: MASCULINO	Nascimento: 15/03/1982
RG: 264824	CPF: 044651714-39
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
1ª Habilitação: 04/12/2015	Exame de Embriaguez Alcoólica: A
Categoria: A	Registro CNH: 06521418692
U F: PB	Ex. Méd./Dia: SIM
Data Vencimento: 21/02/2020	Usava Cinturão: Usava Capacete
Destino do Condutor: HOSPITAL DE TRAUMA	
VEÍCULO 02	
Marca/Modelo: HONDA BIZ	Espécie: MOTONETA
Placa: MOA-4281	Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPINA GRANDE	UF: PB
Nome do Proprietário: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Bilhete Nº: 013930705612	Renavam: 0019236396-4
DPVAT	Data da Emissão: -
Avarias: BANCO, TAMPÃO LATERAL, GUIDÃO, GARFO, PARA-LAMAS, RETROVISOR, MANETA	
VERSÃO DO CONDUTOR 02	
Não foi possível a oitiva da condutora haja vista a mesma se encontrar sob cuidados médicos.	

Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Sexo: MASCULINO	Nascimento: 15/03/1982
RG: 264824	CPF: 044651714-39
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
1ª Habilitação: 14/05/1997	Exame de Embriaguez Alcoólica: AB
Categoria: AB	Registro CNH: 00447882047
U F: PB	Ex. Méd./Dia: SIM
Data Vencimento: 06/06/2022	Usava Cinturão: Usava Capacete
Destino do Condutor: PERMANECER NO LOCAL	
VEÍCULO 01	
Marca/Modelo: VW VOYAGE	Espécie: AUTOMÓVEL
Placa: QFJ-8508	Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPINA GRANDE	UF: PB
Nome do Proprietário: GIOVANI MATIAS GOMES	
Bilhete Nº: 014082661782	Renavam: 0106212413-5
DPVAT	Data da Emissão: 22/08/2018
Avarias: CAPÔ, TELA, PARA-CHOQUE, FAROL	
VERSÃO DO CONDUTOR 01	
Declarou que trafegava pela rua Nilo Peganha, no sentido bairro da Prata/Centário e ao chegar no cruzamento com a rua José de Alencar foi surpreendido pelo motociclista, impactando com a parte frontal na parte lateral da moto, que parou e prestou toda assistência a vítima.	
CONDUTOR 02	
Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	Sexo: MASCULINO
Nascimento: 15/03/1982	RG: 264824
CPF: 044651714-39	
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
1ª Habilitação: 04/12/2015	Exame de Embriaguez Alcoólica: A
Categoria: A	Registro CNH: 06521418692
U F: PB	Ex. Méd./Dia: SIM
Data Vencimento: 21/02/2020	Usava Cinturão: Usava Capacete
Destino do Condutor: HOSPITAL DE TRAUMA	
VEÍCULO 02	
Marca/Modelo: HONDA BIZ	Espécie: MOTONETA
Placa: MOA-4281	Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPINA GRANDE	UF: PB
Nome do Proprietário: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Bilhete Nº: 013930705612	Renavam: 0019236396-4
DPVAT	Data da Emissão: -
Avarias: BANCO, TAMPÃO LATERAL, GUIDÃO, GARFO, PARA-LAMAS, RETROVISOR, MANETA	
VERSÃO DO CONDUTOR 02	
Não foi possível a oitiva da condutora haja vista a mesma se encontrar sob cuidados médicos.	

Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Sexo: MASCULINO	Nascimento: 15/03/1982
RG: 264824	CPF: 044651714-39
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
1ª Habilitação: 14/05/1997	Exame de Embriaguez Alcoólica: AB
Categoria: AB	Registro CNH: 00447882047
U F: PB	Ex. Méd./Dia: SIM
Data Vencimento: 06/06/2022	Usava Cinturão: Usava Capacete
Destino do Condutor: PERMANECER NO LOCAL	
VEÍCULO 01	
Marca/Modelo: VW VOYAGE	Espécie: AUTOMÓVEL
Placa: QFJ-8508	Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPINA GRANDE	UF: PB
Nome do Proprietário: GIOVANI MATIAS GOMES	
Bilhete Nº: 014082661782	Renavam: 0106212413-5
DPVAT	Data da Emissão: 22/08/2018
Avarias: CAPÔ, TELA, PARA-CHOQUE, FAROL	
VERSÃO DO CONDUTOR 01	
Declarou que trafegava pela rua Nilo Peganha, no sentido bairro da Prata/Centário e ao chegar no cruzamento com a rua José de Alencar foi surpreendido pelo motociclista, impactando com a parte frontal na parte lateral da moto, que parou e prestou toda assistência a vítima.	
CONDUTOR 02	
Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	Sexo: MASCULINO
Nascimento: 15/03/1982	RG: 264824
CPF: 044651714-39	
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
1ª Habilitação: 04/12/2015	Exame de Embriaguez Alcoólica: A
Categoria: A	Registro CNH: 06521418692
U F: PB	Ex. Méd./Dia: SIM
Data Vencimento: 21/02/2020	Usava Cinturão: Usava Capacete
Destino do Condutor: HOSPITAL DE TRAUMA	
VEÍCULO 02	
Marca/Modelo: HONDA BIZ	Espécie: MOTONETA
Placa: MOA-4281	Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPINA GRANDE	UF: PB
Nome do Proprietário: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Bilhete Nº: 013930705612	Renavam: 0019236396-4
DPVAT	Data da Emissão: -
Avarias: BANCO, TAMPÃO LATERAL, GUIDÃO, GARFO, PARA-LAMAS, RETROVISOR, MANETA	
VERSÃO DO CONDUTOR 02	
Não foi possível a oitiva da condutora haja vista a mesma se encontrar sob cuidados médicos.	

Nome: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Sexo: MASCULINO	Nascimento: 15/03/1982
RG: 264824	CPF: 044651714-39
Endereço: RUA PROFESSORA MARIA ELENA DE MENEZES, Nº 139, BODOCONGÔ III, CAMPINA GRANDE/PB	
1ª Habilitação: 04/12/2015	Exame de Embriaguez Alcoólica: A
Categoria: A	Registro CNH: 06521418692
U F: PB	Ex. Méd./Dia: SIM
Data Vencimento: 21/02/2020	Usava Cinturão: Usava Capacete
Destino do Condutor: HOSPITAL DE TRAUMA	
VEÍCULO 02	
Marca/Modelo: HONDA BIZ	Espécie: MOTONETA
Placa: MOA-4281	Categoria: PARTICULAR
Município: CAMPINA GRANDE	UF: PB
Nome do Proprietário: ADILCIA LOPES DE FIGUEIREDO	
Bilhete Nº: 013930705612	Renavam: 0019236396-4
DPVAT	Data da Emissão: -
Avarias: BANCO, TAMPÃO LATERAL, GUIDÃO, GARFO, PARA-LAMAS, RETROVISOR, MANETA	
VERSÃO DO CONDUTOR 02	
Não foi possível a oitiva da condutora haja vista a mesma se encontrar sob cuidados médicos.	



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO (CPR-I / CPR-II)  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





Campina Grande - PB, 04 de novembro de 2019.

Segue croqui anexo.

O V2 estava com o licenciamento em atraso, feito a notificação pelo Artigo 230 V do CTB e recolhida ao pátio da 1ª Circum.


Observação:

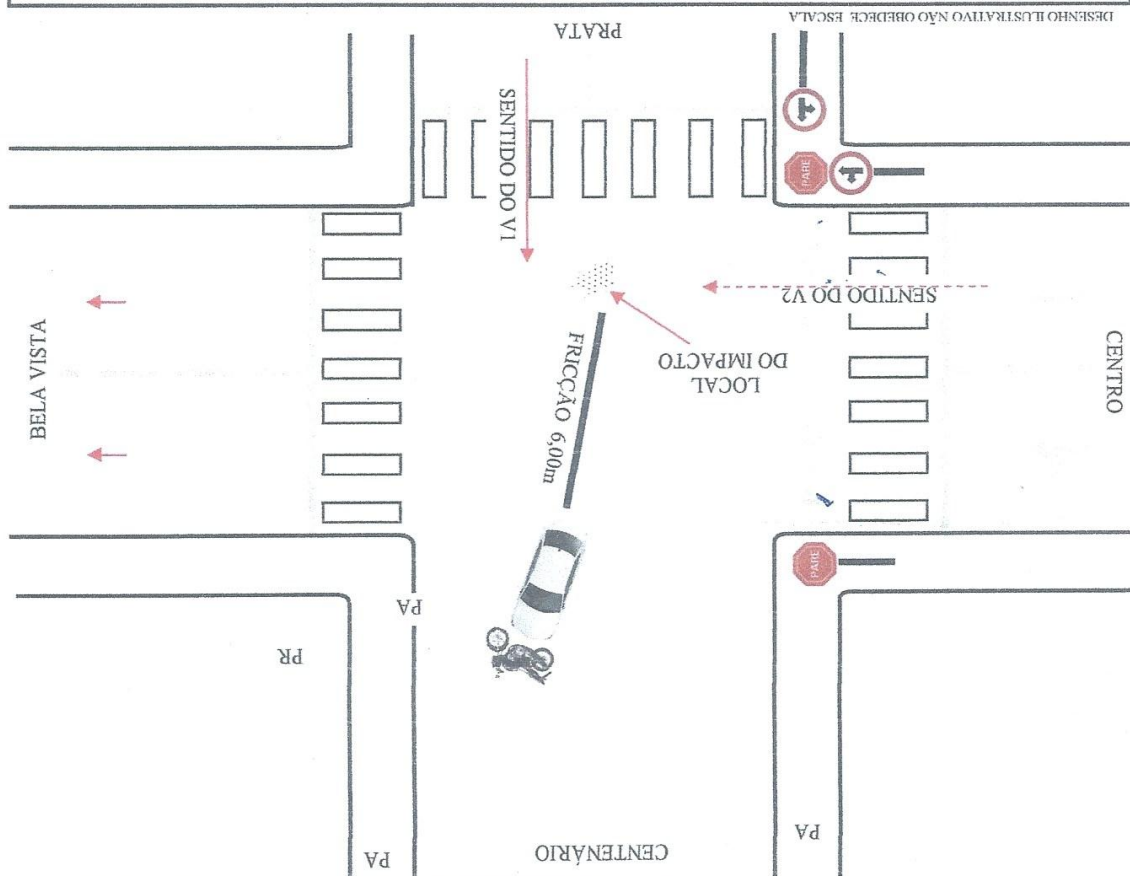
A via "B" possui placa de sinalização vertical R-1 (parada obrigatória).

De acordo com as disposições dos veículos, vestígios e avarias, ficou constatado que o VI ( VW Voyage) trafegava pela via "A" (rua Nilo Pecanha) no sentido bairro da Praia/Centenários, e o V2 (Honda Biz) que trafegava pela via "B" (José de Alencar), no sentido centro/bairro da Bela Vista e ao chegarem no cruzamento das ruas supracitadas houve a colisão transversal.

CONSTATADO



	<b>COMANDO DE POLÍCIA DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)</b> <b>BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO</b> <b>BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT</b>
	<b>CROQUI DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 292/ 2019</b>
<b>AMARRAÇÕES</b>	
VIA "A" - Rua Nilo Pecanha - 09,90 metros VIA "B" - Rua José de Alencar - 09,80 metros PR (Ponto de Referência): Mr. Fit PA (Ponto de Amarração): Guia do meio fio / Poste de Iluminação Pública V1 (Veículo 01) Eixo Dianteiro Direito 02,00 e Eixo Traseiro Esquerdo 17,50 metros para (PA) V2 (Veículo 02) Eixo Dianteiro 14,70 e Eixo Traseiro 15,90 metros para (PA)	



<b>AVARIAS</b>	V1 V2
<b>SGT PM Walterci Souza de Araújo</b> Responsável pelo Levantamento	<b>3ª CPTRAN</b> <b>Polícia de Trânsito Urbano e Rodoviário</b> <b>Parabíba - Paraíba</b>

**CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº292/2019**

**DANOS NO V2**

Marca/Modelo: HONDA BIZ Placa: MOA-4281/PB Responsável pelo Preenchimento: SGT WALTERCI Data: 15/10/2019

**PEÇAS ESTRUTURAIS Avariadas no Acidente**

**Observações:**

01=DANO DE PEQUENA MONTA

Item	Nome da Peça	Sim	Não	NA	Item	Nome da Peça	Sim	Não	NA
01	Carro dianteiro	X			05	Chassi	X		
02	Mesa superior da suspensão dianteira	X			06	Carro traseiro	X		
03	Mesa inferior da suspensão dianteira	X			07	Eixo traseiro (trincos)			
04	Coluna de direção		X		Total Geral (Sim + NA) 01				

Quantidade de peças estruturais danificadas = 0

>DANO DE PEQUENA MONTA

>DANO DE MEDIA MONTA

>DANO DE GRANDE MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4

Responsável pelo Levantamento

Campina Grande - PB, 04 de novembro de 2019.

3º CPTURAN

**CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº292/2019**

**DANOS NO VI**

Marca/Modelo: VW VOYAGE Placa: QFJ-8508/PB Responsável pelo Preenchimento: SGT WALTERCI Data: 15/10/2019

**PEÇAS ESTRUTURAIS/SEGURANÇA PASSIVA Avariadas no Acidente**

**Observações:**

0=DANO DE PEQUENA MONTA

Item	Nome da Peça	Sim	Não	NA	Item	Nome da Peça	Sim	Não	NA
01	Painel corta-fogo	X			12	Longarina traseira esquerda	X		
02	Longarina dianteira esquerda	X			13	Assolho porta malas ou cagamba	X		
03	Caixa de roda dianteira esquerda	X			14	Longarina traseira direita	X		
04	Estrutura da soleira esquerda	X			15	Caixa de roda traseira direita	X		
05	Air Bags frontais	X			16	Estrutura da coluna traseira direita	X		
06	Air Bags laterais	X			17	Estrutura da soleira direita	X		
07	Estrutura da coluna dianteira	X			18	Estrutura da coluna central direita	X		
08	Estrutura da coluna central esquerda	X			19	Estrutura da coluna dianteira direita	X		
09	Estrutura da coluna traseira	X			20	Assolho central direito	X		
10	Caixa de roda traseira esquerda	X			21	Caixa de roda dianteira direita	X		
11	Assolho central esquerdo	X			22	Longarina dianteira esquerda	X		

Quantidade de peças estruturais/seg. pass. danificadas de 0 a 1

>DANO DE PEQUENA MONTA

Quantidade de peças estruturais/seg. pass. danificadas de 2 a 6

>DANO DE MEDIA MONTA


Quantidade de peças estruturais/seg. pass. danificadas >6


>DANO DE GRANDE MONTA

**COMANDO DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA**

**BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO**

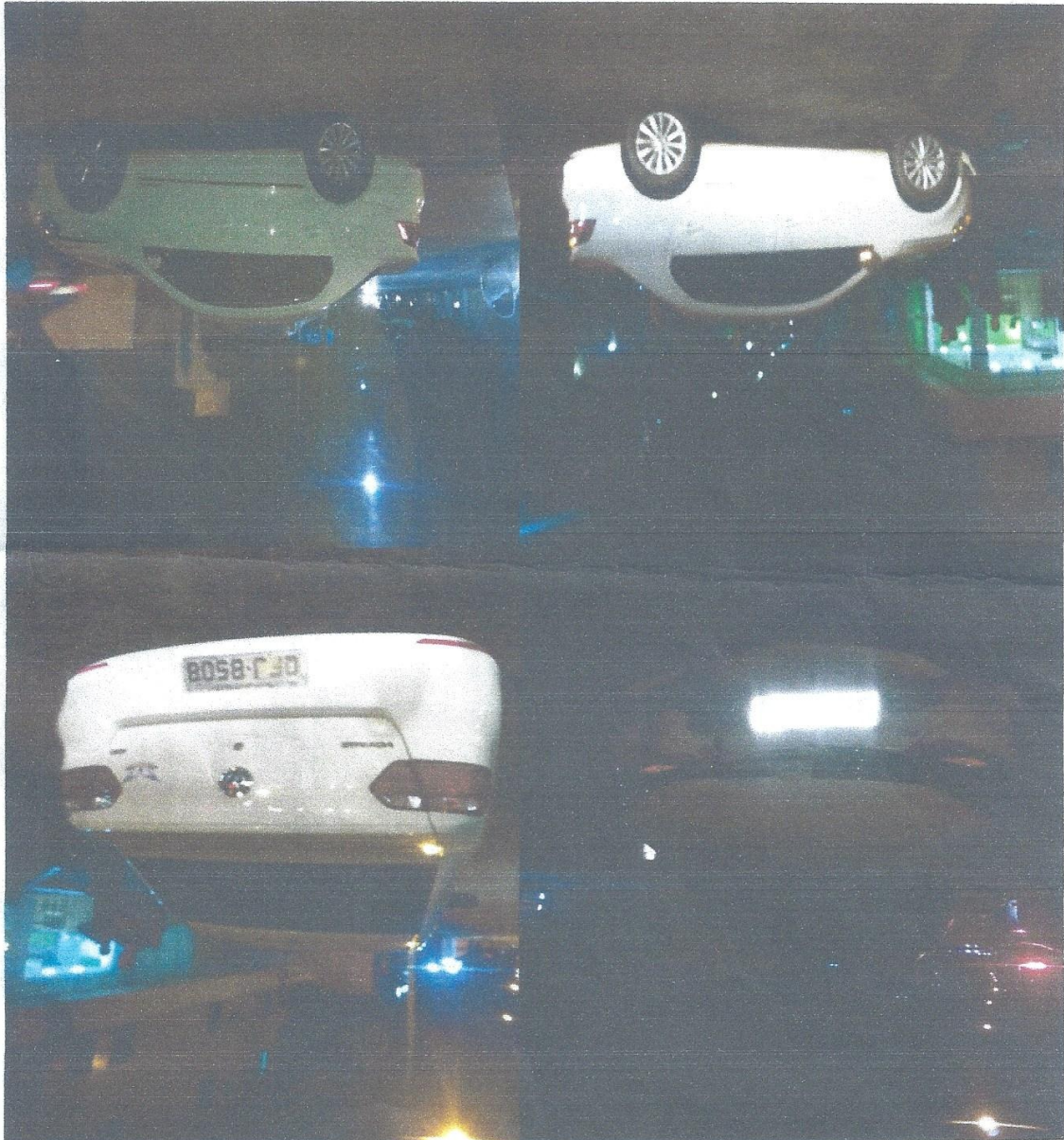
**BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO – BOAT**







3º SGT PM WALTERCI SOUZA DE ARAUJO  
Responsável pelo Levantamento



FOTOS DO VI

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº292/2019



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMANDO DE POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)  
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO  
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT





3º SGT PM **WALTER SOUZA DE ARAUJO**  
Responsável pelo Levantamento



FOTOS DO V2

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº292/2019**



**POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA**  
**COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)**  
**BATALHÃO DE POLICIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO**  
**BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DETTRAN - PB Nº 015455972395  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 PRT 000. RENAVAM 201900000482600-3 EXERCÍCIO 2019

NOME  
ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

CPF / CNPJ 04465171439 PLACA MOA4281/PB

PLACA ANT / UF NOVO PB CHASSI 9C2JC4220AR128206

ESPECIE TIPO PAS/MOTONETA/NAO APLIC COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA / MODELO HONDA/BIZ 125 ES ANO FAB. 2009 ANO MOD. 2010

CAP / POT / CIL 2 P/124 /CI CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA 00/00/0000 VENC. COTA ÚNICA 1º VENC / COTAS 2º 3º

FAIXA LPVA. PARCELAMENTO / COTAS 0 PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO 22/10/2019

OBSERVAÇÕES  
SEM RESERVA DE DOMÍNIO  
DOCUMENTO DE FORTÉ OBRIGATÓRIO  
NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA 0

LOCAL DATA  
CAMPINA GRANDE - PB 23/10/2019

33375 1431480

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 015455972395 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2019 DATA EMISSÃO 23/10/2019

VIA 1 CPF / CNPJ 04465171439 PLACA MOA4281/PB

RENAVAM 00192363964 MARCA / MODELO HONDA/BIZ 125 ES

ANO FAB. 2009 CAT. TARIF. 9 Nº CHASSI 9C2JC4220AR128206

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) \*\*\*\*\* DENATRAM (R\$) \*\*\*\*\* CUSTO DO SEGURO (R\$) \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\* IOF (R\$) SEGURO TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO PAGO

PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO 22/10/2019

SEGURADORA LÍDER - DPVAT  
CNPJ 09.248.608/0001-04

1431480-1040580-20191023





CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAIBA-2º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR  
AV. ALMEIDA BARRETO, Nº 428 - SÃO JOSÉ, CEP: 58400-328 - CAMPINA GRANDE - PB.  
TEL: (33) 3340-9339 / FAX: (33) 33199395 -  
E-MAIL: com2@bombrm.pb.gov.br

GOVERNO  
DA PARAIBA



MANUEL HENRIQUES DA ROCHA - 2º TEN QOABM  
CHEFE DO SETOR.

Manuel H. Rocha  
Ten. QOABM  
Mat. 518.157-7

Para constar, eu 2º TEN, MANUEL HENRIQUES DA ROCHA, Matrícula 518.157-7 chefe do setor de Certidões, digitei a presente Certidão, que vai assinada por mim.

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 15/10/2019 (Terça-Feira), conforme registro nº BM 2019.1015.1900.00052, solicitação feita pela Sra. ADLUCIA LOPES DE FIGUEIREDO, RG: 2.664.824 SSPB. Consta que foi socorrido por volta das 19h05min a Sra. ADLUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - 37 anos, RG: 2.664.824 SSPB, vítima de acidente de trânsito "ACIDENTE DE MOTO" ocorrido na esquina da RUA JOSÉ DE ALENCAR S/N, próximo ao restaurante vila comida brasileira no Bairro da Prata em CAMPINA GRANDE - PB. O sinistro foi atendido pela guarnição da viatura de prefixo AR - 52, tendo como chefe o CB BM ITAMAR, Matrícula: 524.118-9. Conforme o relatório do registro da ocorrência verificou QUE, acidentada a Sra. ADLUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - 37 anos, estava ao solo, a mesma foi atendida, imobilizada, pranchada, apresentava escoriações pelo corpo, dores na região da lombar, membros inferiores e foi conduzido ao Hospital de Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes de Campina Grande/PB para passar por avaliação médica.

## CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº 054/2019

Campina Grande - PB, 30 de Outubro de 2019.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAIBA  
2º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR  
2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR  
SETOR DE CERTIDÃO





61107151 = 24000

52h

ritorno di celestio nato x caso  
com capote / roga ingredito alcoolici  
sen renari di alume

Colony 151 per cent defec fecal

Re covered! See previous on listers

12. Alto do novo campo.

Redno color covered, Pro

DESTINO DO PACIENTE / / às : hs.

( ) Centro cirúrgico \_\_\_\_\_  
( ) Alta hospitalar / ( ) A revelia  
( ) Internação (setor) \_\_\_\_\_ \ ( ) Decisão Médica  
( ) Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL \_\_\_\_\_ ( ) Óbito

Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

## SERVICIOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMIENTO

CBO

IDADE

[illegible]

10.1.1.148/projetohctglimpreclassi.php?conta=2016039&dataatend=2019-10-15&horaatend=19:47:17

GOVERNO  
DA PARAIBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52  
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809  
Data: 15/10/2019

Data: 13/10/2019  
 Paciente: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO \*37 ANOS\* C GDE Idade: 02019 N° ATEND: 2016039

ACIDENTE DE TRABALHO : NAO

DATA: 15/10/2019 HORA: 19:47:17

**ESPECIALIDADE: CIRURGIA**

MOTIVO : ACIDENTE DE MOTO  
ESPECIFICAÇÃO DO MOTIVO : MOTO X CARRO

## SINAIS VITAIS

SINAIS VITAIS	PA:	TEMP:	FC:	FR:	PESO:
HGT:	SAT 02:				

DIABETES ( )SIM (X)NÃO HAS ( )SIM (X)NÃO  
DEF. MOTORA ( )SIM (X)NÃO

**ALERGIAS: NEGA**

**MEDICAÇÃO EM USO:**

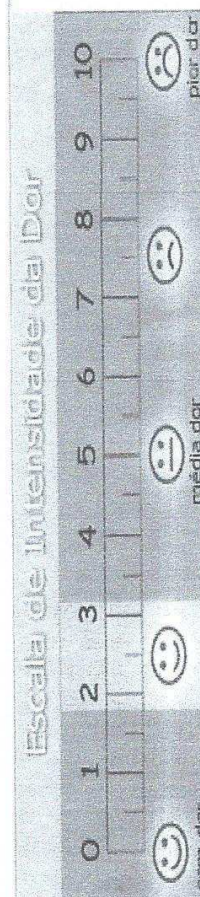
**ESTADO GERAL:**

**ESTADO GERAL:  
AVALIAÇÃO NEUROLÓGICA**

( ) CONVULSÃO ( ) INCONSCIENTE ( ) CONSCIENTE ( ) ORIENTADO  
( ) DESORIENTADO ( ) AGITADO ( ) COOPERATIVO ( ) DEPRESSIVO ( ) APÁTICO  
( ) IRRITADO ( ) DIMINUIÇÃO DE FORÇA MOTORA

## SINTOMAS REFERIDOS

( ) FEBRE ( ) VÔMITO ( ) DIARRÉIA ( ) EXANTEMA  
( ) PRURIDO ( ) DISPNEIA ( ) DOR ( ) INAPETÊNCIA ( ) ALTERAÇÕES VISUAIS  
( ) ANAFILAXIA ( ) FLEBITE ( ) INAPETÊNCIA ( ) ALTERAÇÕES VISUAIS  
( ) EPITGASTRALGIA ( ) CONSTIPAÇÃO ( ) MELENA ( ) SÍBLOS ( ) TOSSE




**ESCALA DE DOR:**

## CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

VERMELHO

Data de internação: 15/10/2019 Hora: 23:45:48

 <b>Sistema Único de Saúde</b> Ministério da Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b> 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES 2 - CNES 2362856		<b>Identificação do Paciente</b> 5 - NOME DO PACIENTE SEM DOCUMENTOS 6 - Nº DO PRONTUÁRIO 2016154	
<b>Identificação do Paciente</b> 7 - CARTÃO DO SUS 8 - DATA DE NASCIMENTO 31/12/1969 9 - SEXO Masc <input checked="" type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/>		<b>Identificação do Paciente</b> 10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL 11 - TELEFONE DO CONTATO 12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) 13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA 14 - COLOMBIA 15 - UF 16 - CEP	
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b> 17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO ADMITIDA COM DOR E EDEMA EM TORNOMELO DIREITO 18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO NECESSIDADE DE CIRURGIA 19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS/RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS EXAME CLÍNICO + RADIOLOGICO 20 - DIAGNÓSTICO INICIAL FRATURA TORNOMELO DIREITO (MALEOLO)			
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b> 24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO 25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 26 - CLÍNICA 27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO 28 - DOCUMENTO 29 - Nº DO DOCUMENTO(CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 980016002867673 30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE ANA MARIA DA SILVA ANSELMO 31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 15/10/2019 32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) DRA. Ana Maria da Silva Anselmo CRM 18.7825			
<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OCMOLLENTES)</b> 33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO 34 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 35 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 36 - CNPJ DA SEGURADORA 37 - Nº DO BILHETE 38 - SÉRIE 39 - CNPJ EMPRESA 40 - CNAE DA EMPRESA 41 - CBOB 42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADOR ( ) ALFÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURADO			
<b>AUTORIZAÇÃO</b> 43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 44 - COD. ORGÃO EMISSOR 45 - DOCUMENTO 46 - Nº DO DOCUMENTO(CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO 48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR			

FICHA DE SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - ÁREA AMARELA (BASEADOS NAS NHB DE W. HORTA)

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: Adriana Lopes IDADE: 37 anos SEXO: F ENF/LEITO: 5 DATA: 19/10/19

2. HISTÓRIA PREGRESSA

Internações prévias ( ) Motivo: Alergias ( ) Qual? DM Doença ( ) HAS ( ) DM ( ) Tabagista ( ) Etilista ( ) Neoplasia ( ) Drogas ( ) Outros: Medicações em uso:

3. DOENÇA ATUAL:

MOTIVO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR DIAGNÓSTICO MÉDICO: DM

4. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICO BIOLÓGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA: (X) CONSCIENTE ( ) ORIENTADO ( ) CONFUSO ( ) LETÁRGICO ( ) COMATOSO MOBILIDADE FÍSICA: (X) PRESERVADA ( ) PLEGIA ( ) PARESIA ( ) PARESTESIA LOCAL: \_\_\_\_\_

LINGUAGEM: ( ) DISFONIA ( ) DISARTRIA

RESPIRAÇÃO: (X) ESPONTÂNEA ( ) CATETER NASAL ( ) VENTURI ( ) TRAQUEOSTOMIA ( ) VMI ( ) OUTROS

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS:

AVISÃO: ( ) VISÃO ( ) AUDIÇÃO ( ) TATO ( ) OLFATO ( ) PALADAR OBS.: \_\_\_\_\_

SEGURANÇA FÍSICA: TRANQUÍLO (X) AGITADO ( ) AGRSSIVO ( ) RISCO DE Queda OBS.: \_\_\_\_\_

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR: PULSO: (X) REGULAR ( ) IRREGULAR ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

EDEMA: (X) LOCAL OBS: DM

ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES: (INTESTINAL E URINÁRIA)

TIPO SOMÁTICO: (X) NUTRIDO ( ) EMAGRECIDO ( ) CAQUÉTICO ( ) OBESO

ALIMENTAÇÃO: (X) VO ( ) SNG ( ) SNE ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

ELIMINAÇÃO INTESTINAL: (X) NORMAL ( ) ALTERADO ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

ELIMINAÇÃO URINÁRIA: (X) ESPONTÂNEA ( ) SVD ( ) INCONTINÊNCIA ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

INTEGRIDADE FÍSICA E CULTEANO-MUCOSA

COLORAÇÃO DA PELE: ( ) NORMOCORADA ( ) HIPOCORADA

PELE: (X) ÍNTEGRA ( ) LESÃO ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

LESÃO POR PRESSÃO: ( ) SIM (X) NÃO ESTÁGIO (BRADEN): \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

localização anatômica da ferida; Curativo em: \_\_\_\_\_

CUIDADO CORPORAL E SONO/REPOUSO

CUIDADO CORPORAL: ( ) INDEPENDENTE ( ) PARCIALMENTE DEPENDENTE

HIGIENE CORPORAL: (X) SATISFATÓRIA ( ) INSATISFATÓRIA HIGIENE BUCAL: (X) SATISFATÓRIA ( ) INSATISFATÓRIA

LIMITAÇÃO FÍSICA: (X) ACAMADO ( ) CADEIA DE RODAS SONO / REPOUSO: (X) PRESERVADO ( ) INSÔNIA

5. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS

COMUNICAÇÃO: (X) PRESERVADA ( ) PREJUDICADA

SENTIMENTO/COMPORTAMENTOS: (X) COOPERATIVO ( ) OUTROS: \_\_\_\_\_

6. NECESSIDADE PSICOESPIRITUAIS:

RELIGIÃO: Católica ( ) PRATICANTE ( ) NÃO PRATICANTE

7. AVALIAÇÃO GERAL:

HORA	PA	T	FC/P	SPO2	GLICEMIA	DIURESE	DÉBITO DE	DRENO(ml)	PESO	ASSINATURA	DISPOSITIVOS	DATA DE
10:00	80	96.6	93	—	—	—	—	—	—	<u>Adriana</u>	SOG/SNG/SNE	SVF
											CIRCUITO DE VM	FILTRO DE VM
											UMIDIFICADOR	ASPIRADOR
											LATEX	EQUIPO SIMPLES

## RESUMO DE ALTA

Nome do Paciente: ADILCIA LOPES DE FIGUEREDO

Data da Internação: 15/10/2019 Data da Alta: 22/10/2019

Registro: 2016154

Tempo de Permanência: 18185

Diagnóstico Inicial:

Diagnóstico Final:

Principais Exames: FRATURA TORNOZELO DIREITO

Data:

Equipe:

Cirurgião: DR. L. JUVENCIO

Aux 1:

Aux 2:

Aux 3:

Aux 4:

Anestesista:

Medicamentos:

Resumo Clínico (História, Evolução, Terapêutica e Complicações): PACIENTE MELHORADO, CONTINUA TRATAMENTO AMBULATORIAL

Medicações para Casa: ATB + AINH

Condições de Alta: Melhorado

Data: 22/10/2019

Assinatura/Carimbo

Crismarcos Rodrigues da Silva (CRM/PB-3335)

RESPONSÁVEL: Crismarcos Rodrigues da Silva (CRM/PB-3335)

GOVERNO  
DA PARAIBA



NOME: Crismarcos Rodrigues da Silva

Data: 22/10/2019

CNPJ: 08.778.268/0038-52

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Matinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809

Boleim de Emergência (B.E) - Modelo 03

GOVERNO  
DA PARAIBA







FICHA DE SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - ÁREA AMARELA (BASEADOS NAS NHB DE W. HORTA)

1. IDENTIFICAÇÃO

NOME: Audiana Cooper de Figueiredo IDADE: 37 anos SEXO: fem ENF/LEITO: 5  
DATA: 18/10/19

2. HISTÓRIA PREGRESSA

Interações prévias ( ) Motivo: Alergias ( ) Qual? DM Doença ( ) HAS ( ) DM  
( ) Tabagista ( ) Etilista ( ) Neoplasia ( ) Drogas ( ) Outros: Medicações em uso:

3. DOENÇA ATUAL:

Feb T 38.7

MOTIVO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR DIAGNÓSTICO MÉDICO:

4. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICO BIOLÓGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA: ( ) CONSCIENTE ( ) ORIENTADO ( ) CONFUSO ( ) LETÁRGICO ( ) COMATOSO  
MOBILIDADE FÍSICA: ( ) PRESERVADA ( ) PLEGIA ( ) PARESIA ( ) PARESTESIA LOCAL:                     

LINGUAGEM: ( ) DISFONIA ( ) DISARTRIA  
RESPIRAÇÃO: ( ) ESPONTÂNEA ( ) CATETER NASAL ( ) VENTURI ( ) TRAQUEOSTOMIA ( ) VMI ( ) OUTROS  
PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS:

VISÃO: ( ) VISÃO ( ) AUDIÇÃO ( ) TATO ( ) OLFATO ( ) PALADAR OBS.:                       
SEGURANÇA FÍSICA: TRANQUÍLO ( ) AGITADO ( ) AGRSSIVO ( ) RISCO DE QUEDA OBS.:                     

EDEMA: ( ) LOCAL OBS.:                     

ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES: (INTESTINAL E URINÁRIA)

TIPO SOMÁTICO: ( ) NUTRIDO ( ) EMAGRECIDO ( ) CAQUÉTICO ( ) OBESO  
ALIMENTAÇÃO: ( ) VO ( ) SNG ( ) SNE ( ) OUTROS:                       
ELIMINAÇÃO INTESTINAL: ( ) NORMAL ( ) ALTERADO ( ) OUTROS:                     

ELIMINAÇÃO URINÁRIA: ( ) ESPONTÂNEA ( ) SVD ( ) INCONTINÊNCIA ( ) OUTROS:                     

INTEGRIDADE FÍSICA E CULTÂNEO-MUCOSA

COLORAÇÃO DA PELE: ( ) NORMOCORADA ( ) HIPOCORADA

PELE: ( ) ÍNTEGRA ( ) LESÃO ( ) OUTROS:                     

LESÃO POR PRESSÃO: ( ) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO ESTÁGIO (BRADEN):                      Local:                     

localização anatômica da ferida:                      Curativo em:                     

CUIDADO CORPORAL E SONO/REPOUSO

CUIDADO CORPORAL: ( ) INDEPENDENTE ( ) DEPENDENTE ( ) PARCIALMENTE DEPENDENTE

HIENE CORPORAL: ( ) SATISFATÓRIA ( ) INSATISFATÓRIA HIGIENE BUCAL: ( ) SATISFATÓRIA ( ) INSATISFATÓRIA

LIMITAÇÃO FÍSICA: ( ) ACAMADO ( ) CADEIA DE RODAS SONO / REPOUSO: ( ) PRESERVADO ( ) INSÔNIA

5. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS

COMUNICAÇÃO: ( ) PRESERVADA ( ) PREJUDICADA

SENTIMENTO/COMPORTAMENTOS: ( ) COOPERATIVO ( ) OUTROS:                     

6. NECESSIDADE PSICOESPIRITUAIS:

RELIGIÃO:                      ( ) PRATICANTE ( ) NÃO PRATICANTE

7. AVALIAÇÃO GERAL:

HORA	PA	T	FC/P	SP02	GLICEMIA	DIURESE	DRENO(mi)	DOR	PESO	ASSINATURA	DISPOSITIVOS	DATA DE INSERÇÃO
08:00	114x76	35	96	96	-	300	-	-	-	<u>Rafael</u>	SOG/SNG/SNE	
											SVF	
											CIRCUITO DE VM	
											FILTRO DE VM	
											UMIDIFICADOR	
											ASPIRADOR	
											LATEX	
											EQUIPO SIMPLES	

MOD 065

CIRCULANTE RESPONSABLE

( ) Foco Auxiliar  
( ) Eletrocautério  
(x) Oxícapnógrafo  
(x) Cardiomonitor  
( ) Perfurador Elétrico

(X) Oxímetro de Pulso  
( ) Serra  
( ) Desfibrilador  
( ) Foco Fumaca  
( ) Fonte de Luz

EQUIPAMENTOS

ORTESI E PROIESE

SOKOS

CODIGO

**GOVERNO DA PARAIBA**  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

REGISTRO

73

Quinn

20

PACIENTE:

NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 13/01/2020 09:07:05

<http://pje.tpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011309070582900000026449783>

Número do documento: 20011309070582900000026449783

Num. 27406370 - Pág. 2

NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

[illegible][illegible]

Efrane ml	Fenegam amp.	Dreno Kerr nº	Catgut Simples Sertix
Fentanil ml	Dreno Penrose nº	Cera pl osso	Ethibond
Inova ml	Dreno Pezzer nº	Ethibond	Ethibond
Ketalar ml	Equipo de Macrogotas	Ethibond	Equipo de Macrogotas
Meperidine 50ml	Equipo de Sangue	Ethibond	Equipo de Sangue
Nubain amp.	Equipo de PVC	Ethibond	Equipo de PVC
			Fio de Algodão Sertix
			Fio de Algodão Sertix

[illegible]

Oid.	MEDICAÇÕES			
04	Água Destilada amp.	Lâmina de Bisturi nº 23	Prolene Sertix	
04	Dectadon amp.	Lâmina de Bisturi nº 11	Prolene Sertix	
01	Dipirona amp.	Lâmina de Bisturi nº 15	Prolene Sertix	
01	Flaxidol amp.	Luvas 7.0	Vicryl Sertix	
01	Flebocortil amp.	Luvas 7.5	Vicryl Sertix	
	Carambola amp	Luvas 8.0	Vicryl Sertix	
		Luvas 9.5		

Lasix amp.	04	Saco color	10 ml	04	SG Hipertênico fr 500 ml
Kanaktion amp.		Sabão Antisséptico		04	SG Gaseoso fr 500 ml
Heparena ml.		PVP I Tópico ml.			
Haemacel ml.		<del>Polifix</del> Degemante ml			
Glucos de Cálcio amp.		Oxigênio l/m			
Glucose amp.	04				
Cetamuna amp.					

[illegible]

Quantidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01	0,01
01	Torneirinha	0,01	0,01
01	Sterilizador em m	0,01	0,01
01	Agulha desc. 25 x 7	0,07	0,07
09	Agulha desc. 28 x 28	0,09	0,81
03	Agulha p/ lague nº	0,03	0,09
05	Látex	0,05	0,05
01	Gelco 18	0,01	0,01
01	Vaselina ml	0,01</	

Alcool de Enfermagem	70%	04	Alcool de	02	Alcool de	03	Alcool de	04	Alcool de	05	Alcool de	06	Alcool de	07	Alcool de	08	Alcool de	09	Alcool de	10	Alcool de	11	Alcool de	12	Alcool de	13	Alcool de	14	Alcool de	15	Alcool de	16	Alcool de	17	Alcool de	18	Alcool de	19	Alcool de	20	Alcool de	21	Alcool de	22	Alcool de	23	Alcool de	24	Alcool de	25	Alcool de	26	Alcool de	27	Alcool de	28	Alcool de	29	Alcool de	30	Alcool de	31	Alcool de	32	Alcool de	33	Alcool de	34	Alcool de	35	Alcool de	36	Alcool de	37	Alcool de	38	Alcool de	39	Alcool de	40	Alcool de	41	Alcool de	42	Alcool de	43	Alcool de	44	Alcool de	45	Alcool de	46	Alcool de	47	Alcool de	48	Alcool de	49	Alcool de	50	Alcool de	51	Alcool de	52	Alcool de	53	Alcool de	54	Alcool de	55	Alcool de	56	Alcool de	57	Alcool de	58	Alcool de	59	Alcool de	60	Alcool de	61	Alcool de	62	Alcool de	63	Alcool de	64	Alcool de	65	Alcool de	66	Alcool de	67	Alcool de	68	Alcool de	69	Alcool de	70	Alcool de	71	Alcool de	72	Alcool de	73	Alcool de	74	Alcool de	75	Alcool de	76	Alcool de	77	Alcool de	78	Alcool de	79	Alcool de	80	Alcool de	81	Alcool de	82	Alcool de	83	Alcool de	84	Alcool de	85	Alcool de	86	Alcool de	87	Alcool de	88	Alcool de	89	Alcool de	90	Alcool de	91	Alcool de	92	Alcool de	93	Alcool de	94	Alcool de	95	Alcool de	96	Alcool de	97	Alcool de	98	Alcool de	99	Alcool de	100	Alcool de	101	Alcool de	102	Alcool de	103	Alcool de	104	Alcool de	105	Alcool de	106	Alcool de	107	Alcool de	108	Alcool de	109	Alcool de	110	Alcool de	111	Alcool de	112	Alcool de	113	Alcool de	114	Alcool de	115	Alcool de	116	Alcool de	117	Alcool de	118	Alcool de	119	Alcool de	120	Alcool de	121	Alcool de	122	Alcool de	123	Alcool de	124	Alcool de	125	Alcool de	126	Alcool de	127	Alcool de	128	Alcool de	129	Alcool de	130	Alcool de	131	Alcool de	132	Alcool de	133	Alcool de	134	Alcool de	135	Alcool de	136	Alcool de	137	Alcool de	138	Alcool de	139	Alcool de	140	Alcool de	141	Alcool de	142	Alcool de	143	Alcool de	144	Alcool de	145	Alcool de	146	Alcool de	147	Alcool de	148	Alcool de	149	Alcool de	150	Alcool de	151	Alcool de	152	Alcool de	153	Alcool de	154	Alcool de	155	Alcool de	156	Alcool de	157	Alcool de	158	Alcool de	159	Alcool de	160	Alcool de	161	Alcool de	162	Alcool de	163	Alcool de	164	Alcool de	165	Alcool de	166	Alcool de	167	Alcool de	168	Alcool de	169	Alcool de	170	Alcool de	171	Alcool de	172	Alcool de	173	Alcool de	174	Alcool de	175	Alcool de	176	Alcool de	177	Alcool de	178	Alcool de	179	Alcool de	180	Alcool de	181	Alcool de	182	Alcool de	183	Alcool de	184	Alcool de	185	Alcool de	186	Alcool de	187	Alcool de	188	Alcool de	189	Alcool de	190	Alcool de	191	Alcool de	192	Alcool de	193	Alcool de	194	Alcool de	195	Alcool de	196	Alcool de	197	Alcool de	198	Alcool de	199	Alcool de	200	Alcool de	201	Alcool de	202	Alcool de	203	Alcool de	204	Alcool de	205	Alcool de	206	Alcool de	207	Alcool de	208	Alcool de	209	Alcool de	210	Alcool de	211	Alcool de	212	Alcool de	213	Alcool de	214	Alcool de	215	Alcool de	216	Alcool de	217	Alcool de	218	Alcool de	219	Alcool de	220	Alcool de	221	Alcool de	222	Alcool de	223	Alcool de	224	Alcool de	225	Alcool de	226	Alcool de	227	Alcool de	228	Alcool de	229	Alcool de	230	Alcool de	231	Alcool de	232
----------------------	-----	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----	-----------	-----







Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica


Paciente:	Adriana Lopes de Figueiredo
Convênio:	Unimed-Paraná
Procedimento:	Admissão cirúrgica de fratura do tornozelo
Cirurgião:	Dr. Juvêncio
Auxiliar:	Anestesiata: Dr. Edmar
Início:	Término:
Anestesia Rápida	

Hora	PA	Pulso	SAT 02	Responsável	A. Motora	Consciência
14:20	117/184	86	100%	Dr. Juvêncio	Dr. Edmar	Consciente
13:30	117/179	66	100%	Dr. Juvêncio	Dr. Edmar	Consciente
12:30	144/174	62	100%	Dr. Juvêncio	Dr. Edmar	Consciente
11:45	115/149	43	98%	Dr. Juvêncio	Dr. Edmar	Consciente

Medicamentos/Materiais	Quantidade
got II	
inf I-4	

Observações:	Idade adequada e grande da, monitorizada voluntária marcha 3/4 normal. sem sinais de SARA
Assinatura Anestesiata	Circulante

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.8.20.00286/01
<b>Nº do Processo:</b> Comarca: Campina Grande			<b>Data de emissão:</b> 10/01/2020
<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL PUBLICA - CIVEL - 65			<b>Data de vencimento:</b> 31/01/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.600286 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,92
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 101,84 <b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - Taxa Judiciária: R\$ 50,92 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - Despesas processuais com mandados: R\$ 86,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 252,11			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000021 521109283189 520200131008 182000286019 			<b>Valor final:</b> R\$ 252,11

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.8.20.00286/01
<b>Nº do Processo:</b> Comarca: Campina Grande			<b>Data de emissão:</b> 10/01/2020
<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL PUBLICA - CIVEL - 65			<b>Data de vencimento:</b> 31/01/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.600286 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,92
<b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00 - Despesas processuais com mandados: R\$ 86,00 - 1x Intimação (MALVINAS): R\$ 86,00			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 252,11			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
<b>Valor final:</b> R\$ 252,11			

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.8.20.00286/01
<b>Nº do Processo:</b> Comarca: Campina Grande			<b>Data de emissão:</b> 10/01/2020
<b>Classe Processual:</b> ACAO CIVIL PUBLICA - CIVEL - 65			<b>Data de vencimento:</b> 31/01/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.600286 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,92
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 101,84 <b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - Taxa Judiciária: R\$ 50,92 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - Despesas processuais com mandados: R\$ 86,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor total:</b> R\$ 252,11			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866900000021 521109283189 520200131008 182000286019 			<b>Valor final:</b> R\$ 252,11





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2020.600286

**Data Vencimento:** 31/01/2020

**Data Emissão:** 10/01/2020

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** ACAO CIVIL PUBLICA - CIVEL - 65

**Promovente:** ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00

**Despesas Processuais:** R\$ 98,00

**Custas:** R\$ 101,84

**Taxa:** R\$ 50,92

**Total da Guia:** R\$ 250,76

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





## **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

### **COMARCA DE CAMPINA GRANDE**

#### **JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0800361-89.2020.8.15.0001

#### **DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora requer o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, alegando, para tanto, ser portador(a) de incapacidade/debilidade ocasionada por acidente de trânsito.

Para o ingresso da ação de cobrança do seguro DPVAT, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839.353/MA, manifestou entendimento no sentido de que é imprescindível o prévio requerimento administrativo - o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas - para a existência da pretensão resistida e, consequentemente, para a configuração do interesse de agir e necessidade da intervenção jurisdicional.

Na oportunidade da decisão, o STF decidiu que “o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.” (Min. Luiz Fux, Relator do RE 839353.)



A esse respeito, é sabido que o interesse de agir estará presente quando o binômio necessidade-adequação for verificado, isto é, quando houver a necessidade de realização do processo e quando o pedido formulado for adequado ao provimento jurisdicional ajuizado.

Nesta trilha, infere-se que inexistindo pretensão resistida, inexistirá necessidade do processo e, por conseguinte, inexistirá o interesse de agir.

O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, seguindo o entendimento firmado pela Suprema Corte, também decidiu:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. (APELAÇÃO N.º 0010276-88.2015.815.2001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Data de julgamento 16/02/2016). (grifo nosso)**

No caso específico dos autos, tem-se que a parte promovente não comprovou a realização de prévio requerimento administrativo para solicitação de pagamento do seguro DPVAT.

Dessa forma, em observância ao precedente do STF, atendendo-se aos preceitos positivados no art. 927, III, do CPC/2015, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendando a petição inicial, acostar aos autos comprovação de prévio requerimento administrativo de seguro DPVAT, para fins de configuração do interesse de agir, bem como retificar o valor atribuído à causa, conforme tabela inserta na Lei nº 6.194/74, e juntar nova guia de custas, *sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito* (art. 485, CPC/2015).

Cumpra-se.



Campina Grande – PB, 14 de janeiro de 2020.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juíza de Direito





**8ª Vara Cível de Campina Grande**

Nº do processo: 0800361-89.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO**

**Intime-se a parte promovente, por seu advogado, do despacho abaixo:**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**COMARCA DE CAMPINA GRANDE**



## JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL

Processo nº 0800361-89.2020.8.15.0001

### DESPACHO

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora requer o pagamento do seguro obrigatório DPVAT, alegando, para tanto, ser portador(a) de incapacidade/debilidade ocasionada por acidente de trânsito.

Para o ingresso da ação de cobrança do seguro DPVAT, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Recurso Extraordinário 839.353/MA, manifestou entendimento no sentido de que é imprescindível o prévio requerimento administrativo - o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas - para a existência da pretensão resistida e, conseqüentemente, para a configuração do interesse de agir e necessidade da intervenção jurisdicional.

Na oportunidade da decisão, o STF decidiu que “o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.” (Min. Luiz Fux, Relator do RE 839353.)

A esse respeito, é sabido que o interesse de agir estará presente quando o binômio necessidade-adequação for verificado, isto é, quando houver a necessidade de realização do processo e quando o pedido formulado for adequado ao provimento jurisdicional ajuizado.

Nesta trilha, infere-se que inexistindo pretensão resistida, inexistirá necessidade do processo e, por conseguinte, inexistirá o interesse de agir.



O Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, seguindo o entendimento firmado pela Suprema Corte, também decidiu:

**AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. (APELAÇÃO N.º 0010276-88.2015.815.2001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, Data de julgamento 16/02/2016). (grifo nosso)**

No caso específico dos autos, tem-se que a parte promovente não comprovou a realização de prévio requerimento administrativo para solicitação de pagamento do seguro DPVAT.

Dessa forma, em observância ao precedente do STF, atendendo-se aos preceitos positivados no art. 927, III, do CPC/2015, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendando a petição inicial, acostar aos autos comprovação de prévio requerimento administrativo de seguro DPVAT, para fins de configuração do interesse de agir, bem como retificar o valor atribuído à causa, conforme tabela inserta na Lei nº 6.194/74, e juntar nova guia de custas, *sob pena de indeferimento da inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito* (art. 485, CPC/2015).

Cumpra-se.



Campina Grande – PB, 14 de janeiro de 2020.

**LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA**

Juíza de Direito

Assinado eletronicamente por: **LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA**  
**14/01/2020 15:47:21**  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: **27440444**

**Advogado: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB: PB 16928**

Campina Grande, em 16 de janeiro de 2020.

De ordem, CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI



**CAMPINA ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**Emmanuel Saraiva Ferreira**

**Wamberto Balbino Sales**

**Rua Floriano Peixoto nº 4519**

**Malvinas-Campina Grande-PB**

**Tel. (84) 99991-1313**

---

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª.VARA CIVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Processo: 0800361-89.2020.8.15.0001**

**Parte Autora: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**

**Promovida: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Douto Julgador,

**ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho proferido nos autos, expor e ao final Requerer o Seguintes:

**A JUNTADA DOS DOCUMENTOS** comprovação de prévio requerimento administrativo de seguro DPVAT, conforme anexo.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Campina Grande - Paraíba, aos 20 de Janeiro de 2020.

**Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira**

**OAB/PB 16.928**







Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 04 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190669575

Vítima: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

Data do Acidente: 15/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Estamos aqui para Você

Carta nº 15184747





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 05 de Dezembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190669575

Vítima: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

Data do Acidente: 15/10/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o(a) senhor(a) é proprietário(a) do veículo envolvido no acidente e, por não ter efetuado o pagamento do prêmio do Seguro DPVAT até o vencimento, não terá direito à indenização, conforme Resolução CNSP nº 332, de 2015.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00257/00258 - carta\_11 - INVALIDEZ

00070129



Em anexo.



MOSSORÓ & ADVOGADOS ASSOCIADOS  
Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
Wamberto Balbino Sales  
Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto  
Mossoró – Rio Grande do Norte  
Tel.: (84) 9. 9991-1313.

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA  
PARAÍBA.**

Processo: 0800365-29.2020.8.15.0001

AUTOR: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

RÉU: SEGURADORA LÍDER.

Douto.(a) Julgador.(a),

**ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., em atendimento ao despacho proferido nos autos, expor e ao final requer o seguinte:

Fora proferido despacho nos autos com o seguinte teor:

**“ ... Intime-se a parte autora para demandante para, no prazo de 15 (quinze) dias [...] bem como retificar o valor atribuído à causa, conforme tabela inserta na Lei nº 6.194/74 [...]”.**

Esclarece a parte promovente que devido restrição imposta de forma absoluta pelo art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, deixou de atribuir valor determinado final, visto que, o legislador pátrio não possibilita meios reais para que a defesa possa mensurar tal quantum, visto que, se tratando de DPVAT, o



quantum que faz jus à vítima de acidente de trânsito, resta condicionado a realização da prova pericial, a ser auferida durante a instrução processual.

Na verdade o Douto Julgador, apresentou uma solução plausível e plenamente possível, para que em demandas futuras a defesa possa fixar o “**valor da causa**”, apresentando ao Juízo o “**proveito econômico pretendido**”, tomando como base a graduação firmada na “Tabela”, levando-se em consideração a localização da debilidade suportada pelo autor.

Como se tem pleno conhecimento o “valor da causa”, parte do princípio do valor a ser buscado junto ao Poder Judiciário. Todavia, o Douto Julgador, fica restrito ao resultado da prova pericial, conforme valores fixados na “Tabela”, como fora sumulado, se não vejamos:

#### **Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça:**

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Resta indubitoso que somente após a realização da prova pericial é que a parte autora poderia firmar o valor a ser atribuído a causa, por tal circunstância, não fixou de imediato o quantum.

Ora Douto Julgador, a posição descrita no parágrafo anterior só fora efetivada devido ao disposto na Lei nº 11.945/09, que inseriu à legislação o uso da “Tabela” que trata sobre os percentuais a que serão submetidas as vítimas de acidente de trânsito, conforme se vê abaixo:

*Art. 30, §1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na **tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009) (grifo nosso).*



Observa-se ainda que quanto ao valor da causa, o Código de Processo Civil Pátrio, já possibilitou a ocorrência de casos onde inicialmente, a parte não possa mensurar o quantum a ser atribuído, se não vejamos:

**“Art. 324.** O pedido deve ser determinado.

**§ 1º** É lícito, porém, formular pedido genérico:

(...)-

**II** - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato;

O dispositivo legal firmado no artigo 322, do CPC, determina:

**“O pedido deve ser certo.**

**§ 1º Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.**

**§ 2º A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé.”**

Como resta observado o pedido deve ser determinado e certo, salvo exceções dispostas no **artigo 324, do CPC**, sendo assim, através da petição inicial o autor deve indicar o conteúdo pretendido. Todavia, tratando-se de DPVAT, não foi atribuído valor completo tendo suscitado o disposto no dispositivo legal retro citados pelas questões definidas no art., 31, II da Lei 11.945/2009.

Como vimos o pedido deve ser certo e determinado, porém há exceções, como nos casos de ações universais, petição de herança, DPVAT, dentre outras, onde não for possível a parte autora individualizar valores, bens dos demandados e, também, quando há a impossibilidade de determinação da amplitude dos danos relacionados as consequências dos atos ou fatos.

Adiante no artigo 325, do CPC, temos explícito:



***“O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.***

***Parágrafo único. Quando, pela lei ou pelo contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz lhe assegurará o direito de cumprir a prestação de um ou de outro modo, ainda que o autor não tenha formulado pedido alternativo.”***

Refere-se no âmbito do direito material à obrigação do devedor. Disposto na lei ou no contrato, a escolha couber ao devedor, o juiz deverá garantir esta escolha, independente da formulação de pedido alternativo por parte do autor.

O fato é que o Código de Processo Civil, possibilita ao magistrado corrigir de ofício o valor da causa se não vejamos:

Art. 292, 3º CPC:

***“O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:***

***§ 3o O juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes.”***

Como resta demonstrado o óbice imposto pelo art. 31,II da Lei nº 11.945/2009, não concede ao autor possibilidade de mensurar o valor da causa. Todavia, o Douto Julgador, encontra-se correto, quando faculta a parte requerente a possibilidade de apresentar: ***“o proveito econômico pretendido”***.

#### **- DO REQUERIMENTO:**

Pelo exposto, requer a V. Exa., que nos termos do art. 292, § 3º do CPC, seguintes do CPC, seja arbitrado valor da causa, dado prosseguimento a lide, sendo citada a parte demandada para, querendo, contestar a presente demanda e em ato posterior, pugna pela realização da prova pericial, conforme disposição legal firmada no art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, pugnando ainda,



pela juntada da guia de custas conforme determinação deste Juízo, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,



Pede deferimento.


Campina Grande – PB, aos 17 de fevereiro de 2020.



**Emmanuel Saraiva Ferreira**

**OAB/PB 16.928**



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.9.20.02237/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/02/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.602237 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 103,02 <b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - Taxa Judiciária: R\$ 51,51 - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 155,88
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000014 558809283184 520200229000 192002237019 			<b>Valor final:</b> R\$ 155,88

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.9.20.02237/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/02/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.602237 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51
<b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Detalhamento:</b>			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 155,88
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 155,88

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.9.20.02237/01
			<b>Data de emissão:</b> 17/02/2020
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 29/02/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.602237 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,51
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 103,02 <b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - Taxa Judiciária: R\$ 51,51 - Taxa bancária: R\$ 1,35 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 155,88
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000014 558809283184 520200229000 192002237019 			<b>Valor final:</b> R\$ 155,88





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2020.602237

**Data Vencimento:** 29/02/2020

**Data Emissão:** 17/02/2020

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER

**Valor da Causa:** R\$ 1.000,00

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 103,02

**Taxa:** R\$ 51,51

**Total da Guia:** R\$ 154,53

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





*PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA*

*COMARCA DE CAMPINA GRANDE*

**8ª VARA CÍVEL**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800361-89.2020.8.15.0001

**DESPACHO**

*Vistos.*

Com base no art. 292, §2º, do CPC, atribuo à causa o valor de R\$ 3.375,00, valor máximo da debilidade permanente que o autor afirma possuir. Anote-se.

Intime-se a parte autora para juntar nova guia de custas, além de última declaração de IR e três últimos extratos bancários. Prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento/cancelamento.

Cumpra-se.

Campina Grande, 5 de março de 2020.

***Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga***

Juíza de Direito Titular





**8ª Vara Cível de Campina Grande**

Nº do processo: 0800361-89.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO**

**Intime-se a parte promovente, por seu advogado, do despacho abaixo:**



*PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA*

*COMARCA DE CAMPINA GRANDE*

**8ª VARA CÍVEL**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800361-89.2020.8.15.0001

**DESPACHO**

*Vistos.*

Com base no art. 292, §2º, do CPC, atribuo à causa o valor de R\$ 3.375,00, valor máximo da debilidade permanente que o autor afirma possuir. Anote-se.

Intime-se a parte autora para juntar nova guia de custas, além de última declaração de IR e três últimos extratos bancários. Prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento/cancelamento.

Cumpra-se.



Campina Grande, 5 de março de 2020.

***Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga***

Juíza de Direito Titular

Assinado eletronicamente por: **LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA**  
**05/03/2020 09:46:36**  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: **28775231**

**Advogado: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA OAB: PB 16928**

Campina Grande, em 12 de março de 2020.

De ordem, CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI



EM ANEXO





Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

Prezado Contribuinte, a Receita Federal do Brasil não emite declaração atestando a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, pois a Instrução Normativa RFB nº 864, de 25 de julho de 2008, regula que, a partir de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

### Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física

Eu, Adineis Lopes De Figueiredo, carteira de identidade nº 2.664.824, órgão expedidor: SSDS, UF: PA, CPF nº 044.651.714.39, residente no(a) Professora Maria Helena Menezes nº 439-Mahims, na cidade de Campina Grande, CEP \_\_\_\_\_, telefone (83) 98902-8376 **DECLARO** ser isento(a) do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) na Receita Federal do Brasil pelo seguinte motivo:

( ) Recebi rendimentos tributáveis durante o último ano em valor inferior ao mínimo exigido pela RFB.

(x) Recebi rendimentos tributáveis durante os últimos 3 anos em valores inferiores ao mínimo exigido pela RFB.

( ) Outro motivo: \_\_\_\_\_

Esta declaração está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 864/2008 e a Lei nº 7.115/83.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

12, de Março, de 2020.

ADINEIS LOPES DE FIGUEIREDO

Assinatura



**MOSSORÓ ADVOGADOS & ASSOCIADOS**

**Wamberto Balbino Sales**

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**

**Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto**

**Mossoró – Rio Grande do Norte**

**(84) 9.9991-1313**

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Nº PROCESSO:0800361-89.2020.8.15.0001**

**ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**, já devidamente qualificada nos autos da ação de cobrança que tramita perante este juízo, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o seguinte:

Douto Julgador, em atenção ao despacho deste Juízo, vem a parte autora pugnar pela juntada dos seus últimos extratos bancários, que indicam que a mesma percebe a quantia de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), sempre ao 5º dia útil de cada mês, oriundo de pensão alimentícia em favor da requerente.

Informa ainda, que a autora não declara imposto de renda tendo em vista que possui renda inferior ao mínimo obrigatório, restando isenta, momento que,



pugna pela juntada da declaração devidamente assinada pela requerente, constando as referidas informações.

Pelo Exposto, requer à V. Exa., os beneplácitos da gratuidade judiciária, uma vez que a autora é pobre na forma da Lei, requerendo ainda, pelo prosseguimento da demanda, sendo citada a Ré para, querendo, ofertar contestação, reiterando todos os termos da inicial, sendo desta forma, feita Justiça.

Termos em que,

Espera o deferimento.

Campina Grande - Paraíba, aos 16 de março de 2020.

**Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira**

**OAB/PB 6.846**





BDN - BRADESCO DIA E NOITE  
EXTRATO MENSAL CONTA POUPANCA

TERM :034488

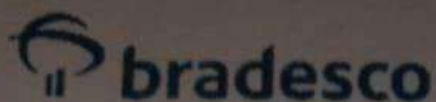
ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO  
AGENCIA 0493 CONTA 1016142-8

13:15 HRS  
16/MAR/2020

DATA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
06/01	SALDO ANTERIOR		0,32
05/02	TRF CP AUTOAT 7400403 Jose Edgley Freire Gomes		350,00
	SALDO EM 05/02		350,32
07/02	SAQUE CP AUTOAT 4489473 Ag00639maq034489seq0147307021014		300,00-
07/02	SAQUE CP AUTOAT 4489496 Ag00639maq034489seq0149607021017		50,00-
	SALDO EM 07/02		0,32

Demonstrativo para simples conferencia.  
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.  
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.  
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.  
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.  
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,  
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.  
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas PF  
esta disponivel no Autoatendimento e Internet.





BDN - BRADESCO DIA E NOITE  
EXTRATO MENSAL CONTA POUPANCA

TERM : 034488

ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO  
AGENCIA 0493 CONTA 1016142-8

13:14 HRS  
16/MAR/2020

DATA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
04/12	SALDO ANTERIOR		0,32
06/01	TRF CP AUTOAT 7400265 Jose Edgley Freire Gomes		350,00
06/01	SAQUE CP AUTOAT 3592712 Ag03445maq063592seq0171206011305		350,00
	SALDO EM 06/01		0,32

Demonstrativo para simples conferencia.  
Sujeito a alteracoes ate o final do dia.  
Fone Facil - 4002 0022 / 0800 570 0022.  
SAC Alo Bradesco - 0800 7048383.  
Deficiencia Auditiva/Fala 0800 722 0099.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.  
Ouvidoria - 0800 7279933 das 08h as 18h,  
de segunda a sexta-feira, exceto feriados.  
A declaracao de Quitacao Anual de Tarifas P  
esta disponivel no Autoatendimento e Intern





Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

Prezado Contribuinte, a Receita Federal do Brasil não emite declaração atestando a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, pois a Instrução Normativa RFB nº 864, de 25 de julho de 2008, regula que, a partir de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado.

### Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física

Eu, Adineis Lopes De Figueiredo, carteira de identidade nº 2.664.824, órgão expedidor: SSDS, UF: PA, CPF nº 044.651.714.39, residente no(a) Professora Maria Helena Menezes nº 439-Mahims, na cidade de Campina Grande, CEP \_\_\_\_\_, telefone (83) 98902-8376 **DECLARO** ser isento(a) do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) na Receita Federal do Brasil pelo seguinte motivo:

( ) Recebi rendimentos tributáveis durante o último ano em valor inferior ao mínimo exigido pela RFB.

(x) Recebi rendimentos tributáveis durante os últimos 3 anos em valores inferiores ao mínimo exigido pela RFB.

( ) Outro motivo: \_\_\_\_\_

Esta declaração está em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 864/2008 e a Lei nº 7.115/83.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

12, de Março, de 2020.

ADINEIS LOPES DE FIGUEIREDO

Assinatura





*PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA*

*COMARCA DE CAMPINA GRANDE*

**8ª VARA CÍVEL**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800361-89.2020.8.15.0001

**DESPACHO**

*Vistos.*

Intime-se a parte autora para juntar a guia de custas, disponível no site do TJ/PB, sob pena de indeferimento/cancelamento da inicial. Prazo de 05 (cinco) dias.

Cumpra-se.

Campina Grande, 18 de março de 2020.

***Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga***

Juíza de Direito Titular



**MOSSORÓ ADVOGADOS & ASSOCIADOS**

**Wamberto Balbino Sales**

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**

**Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto**

**Mossoró – Rio Grande do Norte**

**(84) 9.9991-1313**

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE, ESTADO DA PARAÍBA.**

**Nº PROCESSO:0800361-89.2020.8.15.0001**

**ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**, já devidamente qualificada nos autos da ação de cobrança que tramita perante este juízo, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, por intermédio de sua bastante procuradora que esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, expor e ao final requerer o seguinte:

Douto Julgador, em atenção ao despacho deste Juízo, vem a parte autora pugnar pela juntada da guia das custas, reiterando o pedido de deferimento da Justiça Gratuita, tendo em vista que a requerente não possui condições de arcar com pagamento das custas sem prejuízo próprio e do sustento da sua família, pugnando ainda, pelo prosseguimento da demanda, sendo citada a Ré para, querendo, ofertar contestação, reiterando todos os termos da inicial, sendo desta forma, feita Justiça.



Termos em que,



Espera o deferimento.


Campina Grande - Paraíba, aos 19 de março de 2020.


**Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira**

**OAB/PB 16.928**



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 001.6.20.03764/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 19/03/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.603764 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2020
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 154,83 <b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - Taxa Judiciária: R\$ 51,61 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,61
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 207,79
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866700000023 077909283184 520200331004 162003764014 			<b>Valor final:</b> R\$ 207,79

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 001.6.20.03764/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 19/03/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.603764 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2020
<b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,61
<b>Detalhamento:</b>			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 207,79
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 207,79

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 001.6.20.03764/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Campina Grande	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 19/03/2020
<b>Número da guia:</b> 001.2020.603764 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2020
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 154,83 <b>Promovente:</b> ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO - Taxa Judiciária: R\$ 51,61 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 51,61
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 207,79
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866700000023 077909283184 520200331004 162003764014 			<b>Valor final:</b> R\$ 207,79





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 001.2020.603764

**Data Vencimento:** 31/03/2020

**Data Emissão:** 19/03/2020

**Comarca:** Campina Grande

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO

**Promovido:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Valor da Causa:** R\$ 3.375,00

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 154,83

**Taxa:** R\$ 51,61

**Total da Guia:** R\$ 206,44

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**





## **PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**

### **COMARCA DE CAMPINA GRANDE**



## **JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0800361-89.2020.8.15.0001

### **DESPACHO**

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, em que a parte autora pleiteia o pagamento de indenização atinente ao mencionado seguro.

Na conformidade da nova sistemática do CPC/2015, sabe-se que, em seu art. 334, há determinação expressa para designação de audiência prévia de conciliação/mediação antes da apresentação de defesa do réu, no intuito de tentar promover a composição amigável entre as partes. Tal norma admite apenas duas hipóteses de exceção, a saber: havendo manifestação de vontade de ambas as partes pela não realização da audiência e quando o feito não admitir composição.

Em demandas desta natureza, apesar deste Juízo já ter determinado a designação de diversas audiências, as Seguradoras, de forma reiterada, afirmam acerca da inviabilidade de qualquer acordo antes da realização da prova técnica.



Desta feita, diante da necessidade de prévia perícia médica, *infrutífera será qualquer tentativa de acordo antes da prova técnica.*

Assim, pelas razões expostas, deixo de aprazar audiência de conciliação prévia.

**Certifique-se** a Escrivania se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

Não havendo, **cite-se** a parte promovida, para, no prazo de 15 dias, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia.

Após, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação, nos termos do art. 351 do CPC/2015.

Por fim, **defiro** o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Cumpra-se.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juíza de Direito





**Estado da Paraíba - Poder Judiciário**

**Comarca de Campina Grande**

**Juízo de Direito da 8.<sup>a</sup> Vara Cível**

**Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,**



**Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050**

**Número do Processo: 0800361-89.2020.8.15.0001**

**Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**Assunto: [Acidente de Trânsito]**

**AUTOR: ADIUCIA LOPES DE FIGUEIREDO**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

### **Certidão**

Certifico e dou fé que realizei consultas nos sistemas STI e PJE, não encontrando nenhuma ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

Campina Grande-PB, 9 de junho de 2020.

CIRLENE NAZARE PEREIRA WANDERLEI

Anal./Téc. Judiciário

